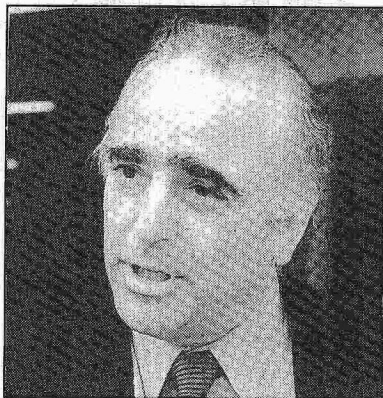


EMENDAS PEDEM SIGILO DE NOTAS

Deputados rompem acordo inicial com o ministro Paulo Renato Souza

A Medida Provisória que cria o Conselho Nacional de Educação (CNE) e o sistema de avaliação das universidades, em tramitação no Congresso, não tem sido bem aceita pelos parlamentares. Segundo o ministro da Educação, Paulo Renato Souza, "há um grupo interessado em apresentar emendas à MP para dar mais poderes ao CNE do que ao Ministério, e acabar com o exame dos alunos no final do curso universitário". O texto recebeu emendas de parlamentares de seis partidos diferentes pedindo o sigilo do resultado dos exames.

O ministro não acredita, contudo, que a apresentação das emendas prejudique o trâmite da MP. "Os partidos do governo se comprometeram com o texto do acordo entre o Executivo e o Congresso", afirmou. O texto diz que os exames são uma das bases de avaliação da qualidade dos cursos e



Paulo Renato

que a nota constará apenas em documento individual do aluno.

O ministro argumentou que a existência deste documento é a garantia do empenho do aluno no momento da realização dos exames. "Ora, se a nota vai ser secreta, não há certeza de que o aluno vá se empenhar em fazer uma boa prova", explicou. "Eu entregaria

a prova em branco", disse. "Por outro lado, o aluno que fizer um bom exame, certamente terá interesse em exibir um certificado com bom resultado", afirmou Paulo Renato.

O deputado Nelson Marchezan (PPR-RS) foi um dos que apresentaram emenda propondo o sigilo das notas dos alunos. Ele diz que recebeu 20 sugestões de emendas da Associação Nacional das Universidades Particulares (Unup). "Selecionei algumas, uma delas que proíbe a divulgação dos resultados", explicou. O deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) também apresentou emenda idêntica e disse que foi abordado por estudantes. "Eles argumentavam que os resultados poderiam ser utilizados para prejudicá-los". O relator da MP, deputado Paes Landim (PFL-PI), disse que "o que foi discutido com o ministro será mantido".